

ANÁLISE SOBRE POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA O CONSUMO CONSCIENTE DE ÁLCOOL EM CURSOS DE GRADUAÇÃO DA ÁREA DA SAÚDE

ANALYSIS ON INSTITUTIONAL POLICIES FOR THE CONSCIOUS CONSUMPTION OF ALCOHOL IN UNDERGRADUATE COURSES IN THE HEALTH AREA

Resumo: As instituições de ensino superior, além de seu papel como agente formador, possuem responsabilidade social que deve abranger o bem-estar dos acadêmicos. O desenvolvimento de políticas institucionais sobre o uso consciente de bebidas alcoólicas está em debate. A presente pesquisa de delineamento quantitativo, descritivo e corte transversal, objetivou investigar a existência de políticas educacionais destinadas ao uso consciente de bebidas alcoólicas em instituições que ofertam cursos de graduação em área da saúde. Coletaram-se os dados nos sites de 93 Instituições dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O estudo constatou que no período de 2015 a 2019 apenas 37,6% das instituições apresentaram indicativos de políticas de prevenção ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas. Observou-se que as instituições que possuem setores específicos de atenção ao estudante realizaram um número menor de ações relativas a temática. Os achados destacam a urgência de políticas e ações preventivas por parte das instituições, visto que os estudantes dessa área são descritos na literatura como os mais suscetíveis ao uso de substâncias psicotrópicas, com destaque para o álcool.

Palavras chave: Políticas Institucionais; Consumo de Álcool; Ensino Superior. Área da Saúde. Universitários.

Abstract: Higher education institutions, in addition to their role as a training agent, have a social responsibility that should encompass the well-being of academics. The development of institutional policies on the conscious use of alcoholic beverages is under debate. This quantitative, descriptive and cross-sectional research aimed to investigate the existence of educational policies aimed at the conscious use of alcoholic beverages in institutions that offer undergraduate courses in the health area. Data were collected on the websites of 93 institutions in the states of Rio Grande do Sul and Santa Catarina. The study found that in the period from 2015 to 2019, only 37.6% of institutions presented indications of policies to prevent excessive alcohol consumption. It was observed that institutions that have specific student care sectors performed a smaller number of actions related to the theme. The findings highlight the urgency of preventive policies and actions by institutions, as students in this area are described in the literature as the most susceptible to the use of psychotropic substances, especially alcohol.

Keywords: Institutional Policies; Alcohol Consumption; University Education. Health Area. College Students.

1. INTRODUÇÃO

O uso de álcool etílico esteve presente durante toda história da humanidade, sendo consumido com distintas finalidades, ora em virtude de suas propriedades terapêuticas, ora em rituais religiosos e eventos festivos, em diferentes épocas e culturas (GRÁCIO, 2009). Seu consumo assumiu um valor cultural inerente para a sociedade, sendo atualmente utilizado em grande número de rituais: casamentos, batizados, festas de aniversários e outros eventos sociais.

Já na antiguidade clássica os povos delimitavam espaços próprios para consumo, o que denota uma preocupação relativa aos efeitos nocivos decorrentes do uso excessivo de álcool. Relatos históricos registram em Roma o alcoolismo infantil e a proibição formal do uso do vinho pelas crianças (ASCERALD; KARAM; DAVID; ALARCON, 2012). Entretanto, somente em 1952, o alcoolismo passa a ser tratado como doença em decorrência da primeira edição do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM-I), porém, somente passou a figurar na Classificação Internacional das Doenças (CID-8) em 1967, a partir da 8ª Conferência Mundial de Saúde.

A difusão do uso de álcool deixou de pertencer à categoria de ‘problema de saúde’, tornando-se um problema de saúde pública, uma vez que o consumo abusivo tem sido recorrente entre adolescentes e estudantes universitários, tornando-se fator de preocupações para a sociedade em virtude de prejuízos físicos, psicológicos e sociais, não somente a quem o consome, mas a todos de seu entorno (ANDRADE; DUARTE; OLIVEIRA, 2010). O uso excessivo de álcool, incluindo a frequência de episódios *Binge Drinking* e suas consequências negativas, constituem uma preocupação de saúde pública e um problema mundialmente recorrente entre jovens e estudantes universitários (STOCKINGS et al., 2016). Um grupo referido na literatura como altamente suscetível ao uso de substâncias psicotrópicas, dentre elas o álcool, é o dos estudantes de ensino superior de cursos da área da saúde (MACHADO et al., 2016; MENDONÇA; JESUS; LIMA, 2018)

Os acadêmicos de medicina são reconhecidos como os mais tolerantes ao consumo de bebidas alcoólicas, bem como os que creem ter menor vulnerabilidade ao uso abusivo de álcool (MACHADO et al., 2016). Tal percepção, equivocada, pode contribuir para que os prejuízos somente sejam percebidos tardiamente, quando possíveis disfuncionalidades incapacitantes nas dimensões sociais e profissionais já tenham se instaurado. O abuso de substâncias deletérias é especialmente preocupante nessa área, pois envolve os futuros profissionais que terão como uma das atribuições orientar e direcionar seus pacientes para a adoção de condutas saudáveis em relação a saúde e, por conseguinte, relativas ao consumo de bebidas alcoólicas (MENDONÇA et al., 2018).

Surge a necessidade de ser considerada essa população no planejamento das estratégias de gestão que envolvem a implantação de programas específicos de intervenção e prevenção dentro das IES. Essa urgência se justifica, quando da observação da baixa assertividade das medidas e campanhas preventivas relacionadas a redução de danos em jovens para o uso de substâncias psicotrópicas, dentre as quais figura o álcool (NORDLUND, 2016); e, ainda, as políticas de consumo oriundas das IES formadoras dos acadêmicos ainda são incipientes, como pondera outro estudo (REBONATTO et al., 2018) ao referirem as situadas no estado do Rio Grande do Sul.

Tais questões refletem a relevância e necessidade de se identificar a existência de políticas educacionais, ou mesmo medidas ou prestação de informações institucionais com relação ao uso do álcool por parte de IES brasileiras. Para tanto, o objetivo deste estudo é de investigar a existência de políticas direcionadas ao uso consciente de bebidas alcoólicas em IES que oferecem à comunidade cursos de graduação em área de saúde nos Estados do Rio Grande do Sul (RS) e de Santa Catarina (SC).

2. O CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS

O álcool se torna diferente das outras substâncias psicotrópicas porque a sua produção, comércio e uso são lícitos, tornando-o amplamente acessível (BABOR, 2010). O estudo de base mundial realizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o *World Health Statistics: monitoring health for the Sustainable Development Goals (SDGs)*, em 2017, apontou que anualmente morrem no mundo aproximadamente 3,3 milhões de pessoas em consequência do consumo abusivo de álcool, correspondendo a 5,9 % do número de mortes globais. Entre os indivíduos de 20 a 39 anos, 25% das mortes têm uma relação direta com o álcool (WHO, 2017). Segundo a OMS, o aumento do consumo do álcool em si não representa um problema, porém, alerta que o uso excessivo e a falta de políticas públicas adequadas para a regulação e o controle do consumo podem transformá-lo em ameaça.

Entre os anos de 2001 e 2005, tiveram início os primeiros levantamentos nacionais relativos ao uso de substâncias psicotrópicas, entre as quais figuram as bebidas alcoólicas, participaram deles especificamente cidades com mais de 200 mil habitantes (CARLINI;

NOTO; SANCHEZ, 2010). Em 2001, foram entrevistados em domicílio 8.589 indivíduos de 107 cidades, já em 2005 o estudo abrangeu 108 cidades e foram entrevistadas 9.739 pessoas, com idades entre 12 e 65 anos. No primeiro estudo, 68,7% da amostra havia feito uso na vida de bebida alcoólica (definida como qualquer quantidade ingerida de álcool, em qualquer momento da vida), no segundo estudo, o percentual subiu para 74,4% (LARANJEIRA et al., 2007).

Um dos estudos com universitários mais citado na literatura nacional é o I levantamento nacional sobre o uso de álcool, tabaco e outras drogas entre universitários das 27 Capitais Brasileiras, realizado com 12.711 universitários de IES Públicas e Privadas. Segundo seus resultados, 86% dos acadêmicos utilizaram bebidas alcoólicas em algum momento de suas vidas, 77,3% dos homens e 66,6% das mulheres afirmaram ter consumido álcool nos últimos 12 meses. Ainda, 30% dos universitários foram classificados nas faixas consideradas de risco para o uso moderado a grave de devolver dependência de álcool (ANDRADE et al., 2010). Os resultados desse levantamento evidenciaram a vulnerabilidade dos universitários, o que os torna mais suscetíveis ao uso de drogas e suas consequências, uma população que precisa estudada. No levantamento epidemiológico a amostra foi composta preponderantemente por estudantes da área de ciências humanas (ANDRADE et al., 2010). Entretanto, grande parte dos inquéritos nacionais posteriores passou a demonstrar preocupação com a evolução desse comportamento entre os acadêmicos das áreas de saúde (MENDONÇA; JESUS; LIMA, 2018).

A exemplo disso, uma pesquisa com 1.147 alunos provenientes dos cursos de medicina, odontologia, enfermagem, fisioterapia e nutrição assinalou elevada prevalência de consumo alcoólico de risco para esses acadêmicos (MENDONÇA et al., 2018). Cerca de 80,7% dos acadêmicos consumiram bebida alcoólica pelo menos uma vez na vida e 68,8% ingeriram álcool no último ano. O padrão de consumo de risco foi evidente em 21,1% dos casos e esteve associado positivamente ao sexo masculino e aos estudantes pertencentes a IES privada.

Outra pesquisa é de um estudo longitudinal ocorrido na Inglaterra que mostrou a prevalência do consumo de álcool e drogas em estudantes de medicina durante a graduação (NEWBURY-BIRCH; WALSHAW; KAMALI, 2001). Foram monitorados estudantes do segundo ano, do quinto ano e após um ano do término do curso. Os escores encontrados permitiram inferir que, em média, o consumo de álcool e outras substâncias psicotrópicas aumentava gradualmente em cada período, sendo maior entre os alunos do quinto período e os graduados. Como observado, na literatura são poucas iniciativas envolvendo órgãos, tanto públicos quanto privados, em parceria com IES na pesquisa sobre o consumo de bebidas alcoólicas e suas consequências entre a população universitária. Tal fato pode servir de justificativa para o relato dos pesquisadores no que diz respeito à pouca eficácia das campanhas de prevenção, intervenção e outras medidas destinadas a combater o uso excessivo de bebidas alcoólicas entre os jovens, especificamente no contexto do ensino superior (MEDEIROS et al., 2012; SILVA; TUCCI, 2014).

Apesar de todos esses danos, há estudos brasileiros desenvolvidos com universitários onde esses citam como última fonte de informação sobre assuntos relacionados ao uso de bebidas alcoólicas as suas IES (MACHADO et al., 2016). Além de outros que indicam praticamente a inexistência de políticas destinadas ao uso consciente de bebidas alcoólicas por parte das instituições de ensino superior, sejam elas públicas ou privadas (REBONATTO et al., 2018). Dessa forma, o ambiente acadêmico torna-se um espaço adequado para o desenvolvimento de programas preventivos, sendo recomendável a implantação de políticas nessa direção.

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A investigação da existência de políticas educacionais destinadas ao uso consciente de bebidas alcoólicas em IES, com ênfase nas que ofertam cursos em área da saúde à comunidade, constituiu o objetivo do presente estudo. Investigou-se a presença de informações oferecidas nos *sites* das IES quanto à existência dessas medidas preventivas e a presença de setores que prestam a atenção ao estudante (SAEs) e quais os profissionais que compõem esses setores.

Adicionalmente, analisou-se a existência de uma possível associação entre a categoria da instituição (pública, privada (particular e comunitária)), sua organização acadêmica (centro universitário, faculdade, universidade e instituto federal), presença de SAEs e pertencer a um dos Estados (RS e SC) com o fato de terem sido realizadas campanhas sobre a temática uso de álcool. Em síntese, tratou-se de um estudo de abordagem quantitativa, de caráter descritivo e corte transversal.

A população de IES que prestam serviços educacionais em ambos os estados perfaz um total de 271 estabelecimentos acadêmicos de natureza jurídica pública e privada (particular e comunitária). Dessas, 146 situam-se no RS e 125 em SC. A identificação dessas instituições ocorreu junto à base de dados oficial e única de informações do Sistema Federal de Ensino do Ministério da Educação, Sistema eMEC.

Em relação ao processo de amostragem, realizou-se o cálculo amostral a partir da calculadora de amostragem (<https://comentto.com/calculadora-amostral>), considerando a população conjunta de IES que atuam nos dois estados (RS e SC) (n=271), a qual calculou sendo representativa uma amostra de 130 IES. Após a identificação das IES, excluíram-se das análises as que não ofertavam cursos em área de saúde. Quando as IES possuíam mais de um *campus* ou sede, bem como *sites* diferentes, tomou-se por consideração apenas um. Desta maneira a população reduziu para 93 IES. A escolha das IES participantes da pesquisa levou em conta o processo de amostragem não probabilística, pois as instituições não foram escolhidas de forma aleatória, mas a partir da listagem já referida, contendo a totalidade das IES que disponibilizam cursos em área de saúde. Consideram-se os cursos de graduação em medicina, enfermagem, odontologia, educação física, nutrição, fisioterapia, farmácia e fonoaudiologia.

O levantamento dos dados foi instrumentalizado por meio da plataforma de busca nos sítios eletrônicos dos *sites* das próprias IES. Pesquisaram-se, no *site* de cada uma, indícios da existência de informações que indicassem ocorrência, atual ou passada, de campanha destinada à prevenção ao consumo excessivo de álcool, bem como de políticas institucionais relacionadas ao uso consciente de bebidas alcoólicas. Selecionou-se qualquer tipo de registro ou serviço veiculado até 31 de maio de 2019. Utilizaram-se os descritores: “álcool”, “bebidas alcoólicas”, “drogas”, “prevenção” e “campanha”. A base de dados foi elaborada para conter as seguintes questões: (Q1) Instituição de Ensino Superior; (Q2) Organização Acadêmica (Centro Universitário, Faculdade, Universidade e Instituto Federal); (Q3) Natureza jurídica da IES – Tipo (Pública, Privada (Particular e Comunitária)); (Q4) Cursos oferecidos; (Q5) Possui serviços/Setor de Apoio ao Estudante (SAEs); (Q6) Quais profissionais compõem o SAEs?; e, (Q7) No site há registro de campanha ou serviço prestado nos últimos cinco anos?.

Após coleta e compilação, digitaram-se os dados em planilha elaborada especificamente para essa pesquisa utilizando-se o *software* Microsoft Excel. Na sequência, as informações foram transportadas para um banco de dados desenvolvido por meio do uso do *software* IBM SPSS Statistics (v.24), explorando-se a frequência observada e relativa.

Análises inferenciais foram realizadas, no intuito de verificar se existia associação entre a categoria da instituição (pública, privada (particular e comunitária)), organização acadêmica da IES (centro universitário, faculdade, universidade e instituto federal), presença

de SAEs, pertencer a um dos estados (RS e SC) com o fato de terem sido realizadas campanhas ou qualquer tipo de ação sobre a temática consumo de bebidas alcoólicas. Para tal, procedeu-se o teste de Qui-quadrado (χ^2), o nível de significância adotado correspondeu a 0,05.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

As análises apontaram, em relação à categoria das IES, que 57% (n=53) são privadas particulares, 30,1% (n=28) são privadas comunitárias, enquanto 12,9% (n=12) são públicas. Quanto a organização acadêmica, analisando conjuntamente os estados, as faculdades se apresentam em maior número (n=42), abrangendo um percentual de 45,2% da amostra (Tabela 1).

Tabela 1- Frequência observada e relativa quanto a organização acadêmica nos estados do RS e de SC

Organização acadêmica	Frequência observada (n)	Frequência relativa (%)
Faculdade	42	45,2
Universidade	34	36,6
Centro Universitário	16	17,2
Instituto Federal	1	1,0
Total	93	100

Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

No RS as faculdades e universidades representam o mesmo percentual da amostra, (43,8%, n=21), os centros universitários correspondem a 12,5% (n=6) dessa categoria, não havendo, no estado, institutos federais que disponibilizem os cursos supracitados. Por outro lado, em SC, esse percentual é diferente, pois predominam as faculdades (46,7%, n=21), as universidades representam 28,9% (n=13) da amostra e os centros universitários correspondem a 22,2% (n=10) dela, seguido por um instituto federal que perfaz 2,2% das participantes (Figura 1).

Em relação à existência de SAEs, conforme Tabela 2, embora as faculdades, tanto no RS como em SC representem o maior número de IES com SAEs (29,9%, n=27), percentualmente ficam atrás das universidades, cujo percentual de SAEs entre elas é de 64,3% na sua categoria (% em categoria), mas perfazem 23,7% do total das participantes. No RS 66,7% (n=32) das IES possuem ou dispõem desse setor. Já em SC, o percentual é de 57,8% (n=26).

Tabela 2 - Presença SAEs em IES nos estados do RS e SC.

IES	Presença de SAEs		Total	p
	Não	Sim		
Centro universitário	8 (50,0)	8 (50,0)	16	0,555
Faculdade	15 (35,7)	27 (64,3)	42	
Universidade	12 (35,3)	22 (64,7)	34	
Total	35 (38,0)	57 (62,0)	92	

Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

Os SAES são compostos preponderantemente por psicólogos (36,9%, n=31). Pontua-se nos SAEs a presença de pedagogos (20,2%, n=17), psicopedagogos (17,9%, n=15), tradutor de libras (11,9%, n=10), assistentes sociais (8,3%, n=7) e psiquiatras (4,8%, n=4) (Tabela 3).

Tabela 3 – Profissionais integrantes do SAEs das IES participantes do estudo

Composição do setor		N	%	% casos
Profissionais	Psicólogo	31	36,9	86,1
	Pedagogo	17	20,2	47,2
	Psicopedagogo	15	17,9	41,7
	Tradutor de libras	10	11,9	27,8
	Assistente Social	7	8,3	19,4
	Psiquiatra	4	4,8	11,1

Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

No RS a maior concentração de profissionais ocorreu para psicólogos (92,6%, n=25), seguidos por pedagogos (48,1%, n=13) e psicopedagogos (37%, n=10), Em SC, por outro lado, o percentual de psicopedagogos (55,6%, n=5) supera o de pedagogos (44,4%, n=4). Cumpre destacar que apenas no RS, encontrou-se registro de médico com especialização em psiquiatria prestando assistência no setor vinculado a uma universidade privada comunitária, onde de acordo com as informações colhidas no sítio de seu *site* não havia realizado campanha ou adotado política de promoção do uso consciente de bebidas alcoólicas. A Figura 1 ilustra a composição dos profissionais dos SAEs, comparados por estado, de acordo com os dados mencionados

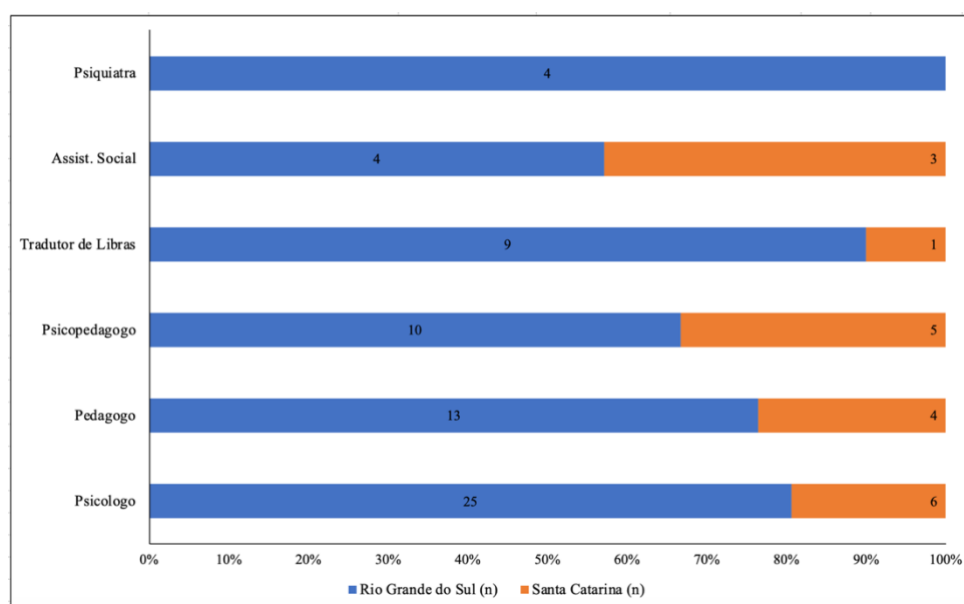


Figura 1 - Comparativo da frequência relativa dos profissionais que compõem os SAEs por estado, 2019
Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

Em se tratando da realização de políticas ou campanhas institucionais destinadas ao uso consciente de bebidas alcoólicas em cinco anos pelas IES (2015-2019), tendo como referência a tabela de referência cruzada relativa à organização acadêmica e campanha preventivas (Tabela 4), percebe-se que das IES pesquisadas, 62,4% (n=58) não mantêm ou não realizaram campanha relativa ao uso de álcool. No RS e SC essa proporção é, respectivamente, 37,5% (n=18) e 37,8% (n=17). Ainda, a Tabela 4 permite inferir que as universidades contabilizaram a maior percentagem de campanhas no período (17,2%, n=16).

Entre elas cerca de 47,1 % adotaram alguma política referente a temática uso de bebidas alcoólicas.

Tabela 4 - Tabela de referência cruzada relativa à organização acadêmica e políticas de consumo consciente do uso de bebidas alcoólicas nas IES de RS e SC.

IES	Campanha (últimos 5anos)		Total	p
	Não	Sim		
Centro universitário	12 (75,0)	4 (25,0)	16	0,298
Faculdade	27 (64,3)	15 (35,7)	42	
Universidade	18 (52,9)	16 (47,1)	34	
Total	57 (62,0)	35 (38,0)	92	

Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

Referindo-se a natureza jurídica das IES, as públicas, apesar de serem em menor número (n=12) entre as 93 pesquisadas, proporcionalmente, realizaram maior número de ações direcionadas ao consumo de álcool do que as privadas (particulares e comunitárias). Elas representam 12,9% da amostra, porém são responsáveis por cerca de 25% das ações direcionadas ao consumo de álcool (Tabela 5).

Tabela 5 – Tabela de referência cruzada relativa a pessoa jurídica e campanha realizadas pelas IES.

Natureza jurídica	Campanha (últimos 5anos)		Total	p
	Não	Sim		
Pública	8 (72,7)	3 (27,3)	11	0,298
Privada particular	32 (60,4)	21 (39,6)	53	
Privada comunitária	17 (60,7)	11 (39,3)	28	
Total	57 (62,0)	35 (38,0)	92	

Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

Entre as IES privadas particulares e privadas comunitárias, as comunitárias realizaram um menor número de ações (n=11), porém se for efetuada uma análise levando em conta sua proporção na amostra, elas superam as instituições particulares (n=21). Um achado interessante, uma vez que em geral as instituições comunitárias são universidades, com o foco no ensino, na pesquisa e na extensão. Em termos genéricos, as instituições comunitárias, apesar de serem privadas, podem ser tidas como da comunidade, cujas ações devem priorizar essa. Um exemplo disso, são os projetos de extensão voltados a resolver demandas da população, como serviços psicológicos, médicos, odontológicos prestados pelos próprios acadêmicos em seus estágios curriculares. Os resultados deste estudo parecem indicar que esse tipo de IES está efetivamente assumindo o seu compromisso legal de desenvolver projetos de extensão que beneficiem a comunidade, tendo como foco o uso de bebidas alcoólicas.

Das 58 IES que possuem SAEs, em 28 (30,1%), não houve registro de política destinada à prevenção ao consumo de bebidas alcoólicas, número inferior ao das que não possuem SAEs (32,3%, n=30). Esses resultados permitem refletir sobre a qualidade do serviço de atenção que o estudante vem recebendo, pois nas IES em que o setor existe, parece não haver preocupação com a temática que é recorrente entre universitários, principalmente entre os acadêmicos de cursos das áreas da saúde, como cita a literatura (MACHADO et al., 2016).

5. Discussão dos resultados

Ante a esse resultado, verificou-se a existência de uma possível associação entre a categoria da instituição (pública, privada (particular ou comunitária)), sua organização acadêmica (centro universitário, faculdade, universidade e instituto federal), presença de SAEs, pertencer a um dos estados com o fato de terem sido realizadas campanhas sobre a temática uso de álcool. Ou seja, se a adoção de medidas preventivas destinadas ao uso consciente de álcool pode depender dessas características. Para tanto, procedeu-se a análise do teste de Qui-quadrado de independência das variáveis (Tabela 5).

Tabela 5 – Resultados do teste de qui-quadrado para independência das variáveis

Variáveis	(χ^2) Pearson	Graus de liberdade	p-valor (p<0,005)
Categoria da IES	0,938**	2	0,626
Organização Acadêmica	3,044**	3	0,385
SAEs	7,436***	1	0,006
Estado	0.001****	1	0,978

* 1 células (16,7%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 4,52.

** 2 células (25%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 0,38.

*** 0 células (0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 13,17.

**** 0 células (0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 16,94. Computado para uma tabela 2x2.

Fonte: Elaborada pelos autores (2021).

Os resultados do teste ($\chi^2(1)=7,436$; $p<0,006$), demonstraram que existe a probabilidade de associação estatisticamente significativa entre o fato de haver SAEs na instituição e a adoção de ações direcionadas ao uso consciente de bebidas alcoólicas. Com base na análise dos resíduos ajustados provenientes do teste é possível inferir que há probabilidade de que as IES que possuem o setor tendam ao aumento do número de ações e medidas relativas ao consumo consciente de bebidas alcoólicas.

Ante ao exposto, é possível mencionar que as IES, apesar de lentamente, estejam percebendo a necessidade e a relevância de se trabalhar o tema uso de álcool e seus riscos como uma forma de prevenção. E que esse trabalho se dará à medida que esses setores forem expandidos, dotados de profissionais capacitados para orientar os funcionários, professores e acadêmicos sobre os riscos envolvidos no uso indevido de álcool. Os SAEs, por intermédio de equipes multidisciplinares, podem promover Intervenções Breves (MOREIRA; SMITH; FOXCROFT, 2010) a nível de IES, que demandam um baixo custo para a instituição de ensino e produzem resultados positivos a curto prazo.

Cumprido destacar, que nos dois Estados o índice de instituições em que não há indicativos do desenvolvimento de políticas ou ações preventivas direcionadas ao uso consciente de bebidas alcoólicas é elevado. Dando ênfase ao RS, onde 62,5% das IES não realizaram ações ou campanhas tangenciando o consumo de bebidas alcoólicas nos últimos cinco anos (até maio de 2019). Esse achado, corrobora o ponderado em outro estudo (CAVALCANTE et al., 2012), em que grande parte dos estudantes de ensino superior nunca recebeu formação na sua IES sobre o consumo de álcool. Resultados que reforçam os obtidos em pesquisa realizada no RS, com 99 IES públicas, privadas (particulares e comunitárias), que ofertam cursos de graduação nas diversas áreas do conhecimento, inclusive cursos em área de saúde (REBONATTO et al., 2018). Nele, 79,8% das IES não possuíam ou realizaram quaisquer tipos de ações preventivas, no período analisado (até 2018). Ademais, os autores relataram ainda que em poucas IES os docentes encaminharam discentes ao SAEs em função de questões relativas ao uso de álcool e, na mesma direção, constataram que os universitários não têm buscado os setores responsáveis à procura de auxílio.

6. Considerações finais

Em decorrência dos elevados prejuízos que o consumo excessivo de bebidas alcoólicas causa ao indivíduo, em especial aos estudantes de ensino superior, e ao elevado custo social que os problemas decorrentes desse uso geram à sociedade, julgou-se relevante realizar esta pesquisa. Cujo objetivo geral se constituiu em investigar a existência de políticas educacionais direcionadas ao consumo consciente de álcool em âmbito das IES que disponibilizam à comunidade cursos de graduação em área da saúde. Os resultados indicam que os esforços preventivos partindo das instituições formadoras de profissionais das áreas da saúde ainda são incipientes. Fato que gera preocupação, pois o ambiente acadêmico é um importante ambiente para o incremento de programas preventivos pelo número considerável de jovens que são preparados para o mercado de trabalho e circulam nos campi das IES. Além disso, algumas das IES avaliadas ofertam cursos de Ensino Médio, desta forma as informações alcançariam inclusive os mais jovens.

Mesmo sendo frequentemente referidos na literatura acadêmica como uma população suscetível ao uso abusivo de bebidas alcoólicas, ao que tudo indica os acadêmicos da área da saúde não têm recebido esclarecimento relativo ao consumo de bebidas alcoólicas ou problemas decorrentes dele durante a vida acadêmica. Resta a dúvida se a relação entre ser acadêmico de curso da área da saúde e o consumo excessivo de álcool, descrita pela literatura, pode estar também associada a falta de políticas nas instituições e ao fato desses estudantes considerarem ter conhecimento necessário dos agravos decorrentes da intoxicação pelo uso excessivo de álcool.

Entendendo-se que o meio acadêmico favorece a discussão da temática ‘uso consciente de bebidas alcoólicas’, este estudo promove a disseminação de informações sobre a necessidade de que os gestores considerem a inclusão da temática em suas estratégias de gestão. Uma vez que esse tipo de instituição possui um papel social a ser desempenhado, devendo assumir sua responsabilidade social como formadora dos futuros profissionais do Brasil.

Como limitação deste estudo reside o entendimento de que os resultados obtidos não poderão ser extrapolados a uma escala geográfica maior. Em estudos futuros, julga-se relevante envolver todas as IES brasileiras, bem como que se efetue um inquérito telefônico junto aos setores de atendimento aos estudantes das instituições para corroborar com as informações fornecidas pelos seus *sites*. Desta maneira, seria possível confrontar se os funcionários desses setores realmente têm ciência das medidas educativas oferecidas pela IES aos estudantes.

Referências

ANDRADE, A.; DUARTE, P.; OLIVEIRA, L. **I Levantamento nacional sobre o uso de álcool, tabaco e outras drogas entre universitários das 27 capitais brasileiras**. Brasília: SENAD; 2010.

ASCERALD, G.; KARAM, M.; DAVID, H.; ALARCON S. **Consumo de bebidas alcoólicas no Brasil: Estudo com base em fontes secundárias**. Rio de Janeiro: Flasco Brasil; 2012.

BABOR T. Alcohol: No Ordinary Commodity - a summary of the second edition. **Addiction**, v. 105, n. 5, p. 769–779, 2010.

CARLINI, E.; NOTO, A.; SANCHEZ, Z. **VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio das Redes**

Pública e Privada de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras – 2010. Brasília: SENAD; 2010.

CAVALCANTE, D.; GOMES, R.; SOUSA, V., SARDINHA, A.; FILHO, M. Uso de álcool entre acadêmicos de farmácia de uma universidade pública. **Revista Enfermagem**, v. 20, n. 3, p. 312–316, 2012.

GRÁCIO, J. **Determinantes do consumo de bebidas alcoólicas nos estudantes do ensino superior de Coimbra.** 2010. 170 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública). Programa de Pós Graduação em Medicina. Escola de Medicina; Coimbra, 2009.

LARANJEIRA, R.; PINSKY, I.; ZALESKI, M.; CAETANO, R. **I Levantamento Nacional sobre os padrões de consumo de álcool na população brasileira.** Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas, Brasília; 2007.

MACHADO, J.; FINELLI, L., JONES, K.; SOARES, W. Consumo de álcool entre acadêmicos de medicina. **Revista Brasileira de Pesquisa em Ciências da Saúde**, v.2, n. 2, p. 46–51, 2016.

MEDEIROS, S.; REDISS, S.; HAUCK FILHO, N.; MARTINS, M.; MAZONI, C. Prevalência do uso de drogas entre acadêmicos de uma universidade particular do Sul do Brasil. **Aletheia**, v. 38, n. 39, p. 81–93, 2012.

MENDONÇA, A.; JESUS, C.; LIMA, S. O. Fatores associados ao consumo alcoólico de risco entre universitários da área da saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 42, n. 1, p. 207–215, 2018.

MOREIRA, M.; SMITH, L.; FOXCROFT, D. Social norms interventions to reduce alcohol misuse in University or College students (Review). **Cochrane Database of Systematic Reviews**, v. 3, n. 5, p. 1–97, 2010.

NEWBURY-BIRCH, D.; WALSHAW, D.; KAMALI, F. Drink and drugs: From medical students to doctors. **Drug and Alcohol Dependence**, v. 64, n. 3, p. 265–270, 2001.

NORDLUND, S. Alcohol Policy, Norms and Drinking Habits in Different European Countries. **Journal of Alcoholism & Drug Dependence**, v. 4, n. 5, p. 304-320, 2016.

REBONATTO, C. S.; BROETTO, T.; BOCK, L.; COSTA C. A (in) existência de políticas de consumo de bebidas alcoólicas em câmpus de instituições brasileiras de ensino superior: um estudo preliminar. In: Anais do XX Engema - Encontro Internacional sobre Gestão Ambiental e Meio Ambiente; 2018. São Paulo, São Paulo; 2018. p.1-13.

SILVA, É.; TUCCI, A. Estudo transversal sobre o uso de risco de álcool em uma amostra de estudantes de uma universidade federal brasileira. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 63, n. 4, p. 317–325, 2014.

STOCKINGS, E.; HALL, W. LYNKEY, M.; MORLEY, K.; REAVLEY, N.; STRANG, J.; PATTON, G.; DEGENHARDT, L. Prevention, early intervention, harm reduction, and treatment of substance use in young people. **The Lancet Psychiatry**, v.3, n.3, p. 280–296, 2016.

WHO. **World Health Statistics 2017: Monitoring Health for The Sustainable Development Goals (SDGs)**. Geneva: World Health Organization; 2017.